

MEMÓRIA DE REUNIÃO

GRUPO DE TRABALHO CONJUNTO CTIL e CTIG “APRIMORAMENTO DO INSTRUMENTO DE COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS” DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CERH / MG

AJUDA MEMÓRIA DA 14ª REUNIÃO, REALIZADA NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2020

Entidade	Membro participante
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	Gerson de Araújo Filho
Instituto Mineiro de Gestão das Águas	Michael Jacks de Assunção
Ministério Público de Minas Gerais	Luciano José Alvarenga
Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA	Lorena de Oliveira Moura Brenda Mara Marques
Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA	Evilânia Alfenas Moreira
Federação da Agricultura e Pecuária de Minas Gerais - FAEMG	Guilherme da Silva Oliveira
Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG	Deivid Lucas de Oliveira
Associação das Indústrias Sucroenergéticas de Minas Gerais - SIAMIG	Jadir Silva de Oliveira
Instituto Brasileiro de Mineração - IBRAM	Denes Martins da Costa Lott
Conselho de Biologia da 4ª Região - CRBIO-4	Helena Lúcia Menezes Ferreira
Movimento Verde Paracatu - MOVER	Edson Walgas de Paiva
Universidade Federal de Uberlândia	Wilson Akira Shimizu

1 - Abertura

- Abertura da reunião pelo Coordenador do GT Cobrança, Gerson de Araújo Filho, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD

2 - Debate e proposição de medidas acerca do processo de aplicação dos recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos.

- Michael, do IGAM, iniciou o debate pontuando as principais questões abordadas nas reuniões anteriores, principalmente pelas Entidades Equiparadas:
 - a) A capacidade operacional limitada das entidades: o limite de custo de até 7,5% do arrecadado mostra-se insuficiente, e seria importante a possibilidade de custeio de equipe técnica com os demais 92,5%;
 - b) Necessidade de controle da pulverização das ações, que passa por um planejamento com maior objetividade;

- c) O problema do contingenciamento dos recursos: O IGAM já vem articulando com a SEMAD e FAZENDA, sendo que a FAZENDA se comprometeu a não mais atrasar o repasse daqui para frente, o que vem sendo cumprido;
 - d) Necessidade de convergir as legislações estadual e federal, especificamente com relação ao contrato de gestão: esse ponto envolve tratativas entre ANA e IGAM;
 - e) O passivo nas prestações de contas: esse procedimento ocorre em duas linhas: uma parte técnica (verifica o que foi feito) e a parte jurídica (verifica se foi executado conforme as normas do contrato de gestão). O IGAM reconhece que tem um passivo desde 2010 e está trabalhando para sanar essa questão.
 - f) A falta de acompanhamento dos contratos de gestão: o IGAM está buscando aprimorar este procedimento, melhorando as normas e estabelecendo uma agenda com os CBHs, para que, tanto o planejamento quanto a execução do plano de bacia seja acompanhado pelo CBH.
 - g) Auditorias periódicas: é um trabalho recente que a Diretoria do IGAM vem desenvolvendo juntamente com as Entidades. Está em seu segundo ano de realização.
 - h) O problema das demandas espontâneas: ações demandas não planejadas pela Entidade. Como executar?
 - i) A burocracia para a execução das atividades programadas, agravada pela excessiva intervenção do CBH no processo, em alguns casos.
 - j) A necessidade de integração de ações: como aconteceria na prática? Há uma experiência no Doce, mas, quando olhamos para o resultado não se pode dizer se essa integração está de fato acontecendo. Está sendo entregue o que a bacia mais demanda? No CBH Piracicaba há uma arrecadação relativamente maior que nas demais sub bacias do Doce, que não é aplicada e não pode ser utilizada em outra bacia.
 - k) A viabilidade de firmação de parcerias: depende da articulação da Entidade para superar as dificuldades e buscar boas parcerias.
- Evilânia (COPASA) propôs discutir já em cima de uma minuta, como foi feito na primeira parte dos trabalhos do GT, para que as discussões não se percam e para agilizar os trabalhos, evitando ter que discutir o mesmo tema duas vezes. Não houve oposição.
 - Shimizu (UFU) destacou que é importante ter em mente o que deve conter na minuta e quais os limites da minuta.
 - Thiago (ABHA) ressaltou que seria de grande importância a possibilidade de se contratar equipe técnica dentro dos 92,5% dos recursos.
 - Shimizu colocou que a demanda espontânea pode ser limitada, tendo seu valor limitado. E a demanda induzida pode ter também um percentual definido nas verbas por linha de ação. O restante dos recursos deve ser aplicado de acordo com o plano. Dessa forma seria contornado o problema da demanda espontânea sem comprometer a autonomia do CBH.
 - Michael concordou e complementou a proposta de Shimizu, propondo um aporte pré-definido para a demanda espontânea, e outro para demanda induzida, com o estabelecimento de prioridades, seguindo a linha de priorização do plano da bacia. Sobre a pulverização de ações, questionou se seria um problema por si só ou devido ao limite do custeio em 7,5%.

3 - Encaminhamentos

- Michael, do IGAM, elaborará e disponibilizará uma minuta de DN com os principais pontos abordados para continuidade e consolidação das discussões.

Gerson de Araújo Filho
Coordenador do Grupo de Trabalho
Ata aprovada na 15ª reunião,